

Clínicas de diálise devem ser investigadas

Ministério Público quer saber por que estabelecimentos não seguem normas técnicas

PABLO PEREIRA

O Ministério Público (MP) estadual deve investigar a atuação de clínicas de diálise que não cumprem a Portaria n.º 2.042/96 do Ministério da Saúde, que estabelece normas técnicas para a prestação do serviço no País. As clínicas reutilizam filtros sanguíneos de hemodiálise mais vezes do que o permitido pela portaria, não fazem exames de tratamento da água usada pelos doentes e não mantêm salas especiais para desinfecção de material.

A informação sobre a investigação do MP foi dada ontem por Neide Barriguelli, presidente da Associação Paulista de Renais Crônicos (Aprec), depois de conversar com o promotor da Cidadania, Fernando Capez. A denúncia será apresentada pela dirigente ao promotor em audiência na sexta-feira, seguindo exemplo dos renais crônicos de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. "O Ministério Público também abriu ação civil para investigar as clínicas", disse.

No encontro com o promotor, ela será informada sobre o andamento

de outra investigação. Capez abriu ação civil para acompanhar o atendimento da lista única de doadores de órgãos da Secretaria da Saúde.

Mercado – Em São Paulo, o gerente de Marketing Carlos Penna, da Frisenius, empresa que atua no mercado de produtos para diálise, a qual está ligada à NMC do Brasil, disse que não há compra de clínicas de prestação de serviço a pacientes renais crônicos no País. A denúncia foi feita domingo por João Moreira, presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN), em entrevista ao **Estado**.

Moreira disse que empresas multinacionais que comercializam produtos para clínicas compraram pelo menos 60 unidades no País. O presidente da SBN disse ainda que as multinacionais fazem contratos de fachada. "Já denunciamos várias vezes ao Ministério da Saúde, ao Ministério da Justiça e ao Cade", declarou. "Mas tudo é muito lento", disse Moreira. Ele acrescentou que as empresas "aliciam grupos médicos e representantes de associações de pacientes".

"A NMC Inc. tem contrato de fran-

chise com as clínicas, fornecendo know-how técnico e administrativo, racionalização de gastos etc", explicou Penna.

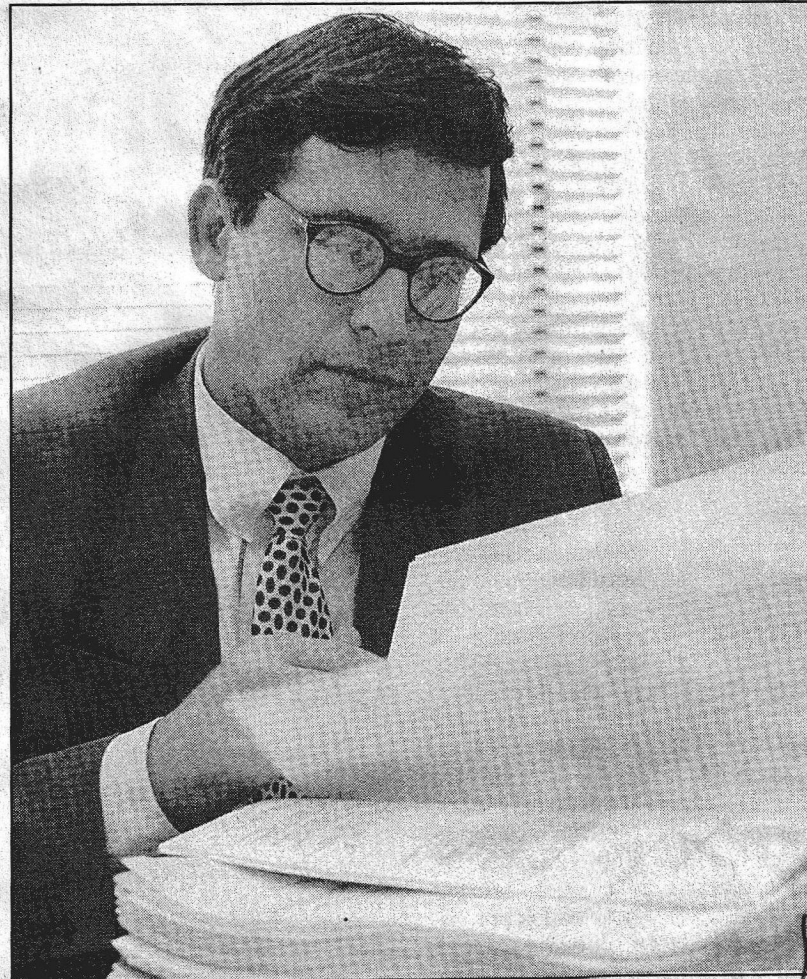
O gerente da Frisenius elogiou a reportagem do **Estado** sobre a falta de adequação das clínicas à Portaria n.º 2.042/96, mas contestou o uso do termo "controla" usado para definir a relação de multinacionais com unidades de diálise. Segundo ele, os advogados da empresa alegam que a re-

lação da NMC com as clínicas não pode ser interpretada como controle. Para ele, a palavra "controla" pode levar ao entendimento de que há "controle acionário" das clínicas. "Não houve compra de clínicas", afirmou. O ge-

rente argumentou que "a NMC acompanha e ajuda nesse procedimento e na verificação se o estabelecido no contrato é cumprido".

Para o presidente da Baxter Hospitalar, Roberto Braga, o que há são contratos de consultoria e fornecimento de equipamentos para as clínicas. "Nem a Baxter nem a subsidiária RTS têm clínicas", afirmou. O Brasil tem 540 clínicas de diálise para cerca de 35 mil renais crônicos.

AÇÃO CIVIL ACOMPANHA ATENDIMENTO DE LISTA ÚNICA



Fernando Capez: denúncia deve ser apresentada na sexta-feira